

A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA EM MOÇAMBIQUE

O texto que a seguir se publica deve, quanto a nós, a sua importância, em primeiro lugar, ao facto de se tratar de um documento oriundo do partido no poder num país — a República Popular de Moçambique — com o qual partilhámos a história até muito recentemente, e, certamente, continuaremos a partilhar, ainda que por distintos caminhos. Em segundo lugar, por se tratar de um documento que nos remete para a discussão da questão do socialismo, a partir de um contexto que, não sendo o europeu, tende cada vez mais a ficar ausente das análises que se vão fazendo. Este é precisamente um dos aspectos pelo qual se enriquecem estas NOTAS E DOCUMENTOS — secção inaugurada no n.º 6 com «A Questão do Socialismo» de Boaventura de Sousa Santos — que hoje vêem prolongada a sua temática inicial: a transformação socialista.

Enquanto objecto teórico, o socialismo conserva potencialidades únicas para forçar uma reflexão totalizante, não exclusivamente teórica, e, portanto, sem perder de vista o terreno da prática concreta. Se o socialismo se distingue «pela qualidade do quotidiano que instaura», temos que sujeitar à análise tudo o que hoje de aparente existe no socialismo «real» e de real no «aparente». Para que seja sólido o resultado desta análise, ela deverá alicerçar-se num duplo suporte: por um lado, diacronicamente, na aferição crítica dos modelos que do socialismo a história nos faculta, mas também na consideração daquilo que hoje se vai forjando como alternativa criativa ao capitalismo e aos próprios modelos históricos; por outro lado, sincronicamente, tal análise terá também que submeter a escrutínio, e tentar conjugar, o que se vai produzindo no contexto europeu dos países avançados e o que acontece nas áreas periféricas do sistema mundial.

Terá esta encruzilhada solução? Cremos que sim, e por isso julgamos que Portugal, com uma história secular, mas

afinal recente, uma situação, em muito «central», mas também «periférica», é como que a materialização dessa encruzilhada que tem de se percorrer para se superar. Aqui radica o carácter contraditório e complexo da sociedade portuguesa que muitos tratam por «impasse», «perda de identidade» ou «bloqueio». A sua compreensão é um desafio imperativo que, sem triunfalismos nem desencantos, é urgente aceitar. Mas é também um diálogo inadiável, sem interlocutores privilegiados, em que a influência dos mais influentes não esgote a audição dos (deliberadamente?) silenciados.

Por isso a Revista Crítica de Ciências Sociais dá voz, neste número a uma contribuição oriunda dessa área a que, não sem ironia, nos habituamos a chamar de 3.º Mundo: a África e, especificamente, Moçambique.

O texto que se segue, datado de Julho de 1981 e assinado pela 3.ª Reunião Nacional do Trabalho Ideológico da FRELIMO, reenvia-nos, desde logo, para uma das mais dramáticas questões debatidas no seio do marxismo — a da articulação entre o partido e as massas, na consecução de objectivos socialistas. Se a sua forma — a autocrítica — ainda que pública, pode não escapar ao processo tradicional de os partidos tradicionais se analisarem internamente e na sua relação com o exterior, cremos, porém, que o mesmo não acontece com o seu conteúdo. Estamos perante um exemplo nada corrente de autocrítica corajosa e clara. Corajosa, por não ser utilizada em defesa de princípios doutrinários, abstractos ou dogmáticos, mas antes incidir sobre actuações e comportamentos muito concretos, quer do partido, quer dos próprios quadros e agentes da transformação, indo ao encontro de um imaginário plasmado de necessidades e anseios concretos da população. Clara, porque não esconde dificuldades e porque basta ler nas linhas para se perceber que há erros, desvios, deficiências...

Mas será radical, no sentido etimológico de «ir às raízes»? Não é nossa intenção fazer a crítica da autocrítica. Esse é um convite que fazemos ao leitor. Da mesma maneira que não podemos deixar de nos interrogarmos sobre os silêncios do texto, a que nos vimos referindo, também não podemos perder de vista especificidades do contexto socio-político que subjaz ao seu aparecimento. O que tem de específico, interrogamo-nos, a construção do socialismo numa sociedade saída da mais longa dominação colonial que conhecemos, em que a matriz «pequeno-burguesa» dos dirigentes políticos não pode deixar de estar marcadamente presente, em que o Estado, sobredesenvolvido face a uma débil «infra-estrutura» foi re-

cebido, quiçá, como a mais bizarra herança colonial e que, perante o risco de paralisação do funcionamento da sociedade, não pode ser abrupta e radicalmente transformado ou desmantelado? Que problemas levanta a construção do socialismo num país sujeito a consideráveis pressões exteriores, ou que resultados terá a ausência duma experiência de democracia parlamentar, à ocidental? Se esta, discutida plenamente, no contexto europeu e norte-americano, levanta questões a que temos vindo a ser mais sensíveis (aqui, de novo, referiria a nota de Boaventura S. Santos no n.º 6 da R.C.C.S., mas também o próximo texto de Juan Mozzicafreddo a publicar no n.º 10), que novos temas temos hoje para problematizar o sistema de partido único? Será que a crítica à concepção leninista, e depois stalinista, de organização, estrutura e funcionamento do Partido se mantém inalterada e plenamente aplicável ao entendimento das dificuldades práticas que o partido FRELIMO reconhece neste texto, ou ao contrário, inviabiliza, à partida, a eficácia que possuem ter as «Medidas a Tomar para Ultrapassar a Situação Actual» que o texto aponta?

Se o processo condiciona o produto, é provável que a República Popular de Moçambique venha a ser um produto diferente e que, mais que qualquer benefício da dúvida, mereça uma atenção muito particular a quanto de (re)criação de experiências velhas ali se ensaia na vontade de ruptura com o modo de produção capitalista. A crise dos modelos de ruptura com este modo de produção, que por toda a parte, e também em Portugal, tem conduzido a pessimismos e desencantos, não pode ofuscar a reflexão, nem sequer sobre esses seus resultados. Em particular, não pode deixar de despertar a preocupação intelectual por processos de ruptura novos e atípicos que se vão gerando e assim enriquecendo o conhecimento histórico já adquirido e, quantas vezes, julgado acabado. Se a História se escreve todos os dias, é preciso reconhecer a originalidade que cada processo encerra e não nos limitarmos a ajustar, forçadamente, críticas velhas a processos novos. Umas e outros não têm os papéis em dia!

Carlos Fortuna

RESOLUÇÃO DO TRABALHO IDEOLÓGICO DO PARTIDO SOBRE ESTILO E MÉTODOS DE ACTUAÇÃO

A 3.^a Reunião Nacional do Trabalho Ideológico do Partido, realizada em Maputo de 29 de Junho a 3 de Julho de 1981, debruçou-se sobre a Resolução da 7.^a Sessão do Comité Central, sobre a Ofensiva Política e Organizacional. Ao fazê-lo, a 3.^a Reunião do Trabalho Ideológico, reconheceu que a Ofensiva se situa na necessidade constante de promover e ampliar a luta pela liquidação das ideias e práticas retrógradas, pela emergência e triunfo de novas ideias, duma nova prática.

A autocrítica que o Comité Central efectuou na sua 7.^a Sessão, constitui um exemplo de como a Ofensiva deve tornar-se um processo permanente, parte integrante da nossa Revolução, estilo de trabalho do Partido FRELIMO que deve ser vivido quotidianamente em todo o País e principalmente por todos os dirigentes, quadros e membros do Partido.

Ao fazer essa autocrítica a 7.^a Sessão do C.C. definiu um programa de acção que permitia superar as insuficiências e corrigir os desvios detectados.

A 3.^a Reunião Nacional do Trabalho Ideológico do Partido constatou que o programa de acção definido pelo C.C. na sua 7.^a Sessão na essência não foi implementado. As causas principais que determinaram tal falta de implementação, são:

- O significado profundo da autocrítica não foi assumido pelo conjunto dos membros do Partido.
- Mantivemos o estilo de trabalho que nos leva ao relacionamento e ao divórcio com as massas.
- O Trabalho Ideológico não efectuou o salto qualitativo que constitui a lição da 2.^a fase da Campanha da Ofensiva.
- «Devemos agir sobre as causas dos erros e não só sobre os sintomas. Saber ir ao fundo, para poder corrigir».

A 3.^a Reunião Nacional do Trabalho Ideológico confirmou as constatações feitas pelo Comité Central do Partido FRELIMO na sua autocrítica e verificou que elas retratam a realidade. Por isso a Reunião saúda o Comité Central pela clareza e coragem que teve ao proceder à sua autocrítica. Em particular saúda o Camarada Presidente Samora Moisés Machel, pela forma criadora como aprofundou o conceito da Ofensiva, durante a 2.^a fase da Campanha da Ofensiva Polí-

tica e Organizacional, a partir da rica análise feita nas 7.^a e 8.^a Sessões do Comité Central.

Debruçando-se concretamente sobre a problemática do Trabalho Ideológico, a 3.^a Reunião Nacional do Trabalho Ideológico do Partido concluiu que, apesar dos recentes êxitos das duas campanhas da Ofensiva Política e Organizacional, no geral o trabalho do Partido no seio das massas tem sido fraco e que a mobilização política e a educação ideológica do nosso Povo estão longe do que seria de desejar. Esta conclusão baseia-se nas seguintes realidades:

- Largos sectores do nosso Povo, nomeadamente nas zonas rurais, não são regularmente abrangidos pela acção do Partido. Quer dizer, os contactos de tais sectores com o Partido são irregulares, esporádicos, pontuais.
- Os sectores mais frequentemente abrangidos pela acção do Partido não beneficiam muitas vezes do esclarecimento devido.
- As orientações da Direcção do Partido e do Estado em muitos casos ou não chegam à base, ou chegam deturpadas.

A 3.^a Reunião Nacional do Trabalho Ideológico do Partido constatou que são quatro as grandes causas que explicam esta situação de fraco trabalho político do Partido no seio das massas, esta situação de divórcio entre o Partido e o Povo. São elas:

- 1.º O estilo de trabalho incorrecto que vigora no Partido;
- 2.º A deficiente organização do trabalho interno do Partido;
- 3.º A questão da quantidade e da qualidade dos quadros do Partido;
- 4.º A ausência duma concepção correcta de disciplina partidária.

De entre elas uma se destaca pela sua particular importância: o estilo de trabalho incorrecto.

Estilo de trabalho incorrecto

1.º — O sector do Trabalho Ideológico do Partido, vive fechado sobre si mesmo. Não está voltado para as massas. Está isolado do Povo. É um sector que funciona essencialmen-

te por si e para si e não para as massas. É um sector onde, na actualidade, a prática central é não tanto a mobilização política e a educação ideológica do Povo, mas a realização de reuniões e de seminários.

2.º — Os quadros e outros membros do Partido aos mais diversos níveis dedicam mais tempo ao trabalho de gabinete do que ao trabalho político de massas. Mais ainda: dão prioridade ao trabalho de gabinete em detrimento do trabalho de massas. Frequentemente este refúgio dos quadros no gabinete está ligado a um espírito de conforto, a uma falta de espírito de sacrifício, ambos incompatíveis com a revolução.

3.º — Fazem-se poucas reuniões com as massas, em especial nas áreas rurais. Mais ainda: as poucas reuniões que se fazem são muitas vezes reuniões em que o membro do Partido chega, discursa e depois se vai embora. Não são reuniões para auscultação das massas e dos seus problemas. São reuniões em que o Povo participa só como ouvinte, como observador.

Resultado:

— O povo não participa na tomada de decisões, o Povo não assume as decisões tomadas.

4.º — Frequentemente as explicações dadas ao povo sobre as suas preocupações são superficiais. Não há a preocupação, nem por vezes a capacidade política, para esclarecer o Povo sobre as causas reais da situação que actualmente se vive no nosso País. Por outras palavras, nas reuniões faz-se agitação, quando o Povo necessita é de educação, de formação. Cai-se no verbalismo revolucionário, esquecendo-se que um dos objectivos da educação ideológica revolucionária do Povo é de desenvolver o seu espírito de análise.

5.º — Não raramente procede-se à mobilização mecanicista do Povo, sem atender às condições nacionais. São exemplos concretos disso:

- a) Mobilizar as populações de um dado local para produzir algodão ignorando que o algodão produzido na campanha anterior ainda ali está a estragar-se, porque não foi escoado.
- b) Mobilizar os camponeses para aumentar a produção agrícola, quando a realidade é que os camponeses desde há anos vêm colocando o problema de terem falta de enxadas e de catanas, sem que tal problema seja resolvido.

6.º — A ligação entre o Partido e o Povo é entendida apenas como reuniões com o Povo. Os quadros do Partido raramente partilham da vida das massas, raramente trabalham

lado a lado com as massas, como forma efectiva de conhecer os seus problemas, os seus anseios, as suas aspirações.

7.º — Existe uma tendência de sobrevalorizar a importância dos órgãos de informação escrita e falada (Rádio, Jornal, Revista, etc.) em detrimento da mobilização oral. Ignora-se o facto de que a maioria do nosso Povo é analfabeta, vive ainda dispersa e que, nas condições actuais, a forma mais efectiva de ligação do Partido com as massas é o contacto directo.

8.º — Um aspecto particularmente importante é o que concerne à atitude de muitos membros do Partido em relação às massas.

8.1. — Muitos quadros do Partido isolam-se conscientemente das massas vivendo em círculos fechados; recusam os convites para participarem em reuniões populares bem como para participarem em festas e convívios organizados pelas populações. Imbuídos do espírito burguês de ESTRUTURA pensam erradamente que o seu contacto com as massas lhes fará perder uma pretensa respeitabilidade. Para esses membros do Partido, ser chefe, ser responsável implica necessariamente viver longe das massas e ser temido por elas.

8.2. — No seu contacto com as massas, muitos membros do Partido tomam atitudes que revelam falta de confiança e de consideração para com o Povo. Assim:

- a) Há responsáveis que marcam reuniões com a população para uma dada hora e depois chegam tarde, obrigando a população a estar à sua espera horas e horas;
- b) Há responsáveis que mobilizam a população para uma jornada de trabalho voluntário e depois são os primeiros a faltar;
- c) Há responsáveis que, em reuniões populares menosprezam preocupações fundamentais das populações e tratam-nas ligeiramente sem ter em conta que ao fazê-lo estão a ferir sentimentos profundos do nosso Povo.
- d) Existe a tendência para fugir às preocupações apresentadas pelo Povo através de promessas falsas que nunca se cumprem;
- e) Há responsáveis que não só não estimulam a educação das massas como chegam ao ponto de bloquearem iniciativas concretas sob o pretexto de que a solução só pode vir de técnicos ou de pretensas orientações superiores.

Deficiente organização interna do trabalho do Partido

1.º — O Trabalho Ideológico do Partido é rotineiro, burocrático. No Sector do Trabalho Ideológico ainda se trabalha sem plano, sem definição de tarefas, de prazos ou responsabilidades. A actividade do sector do Trabalho Ideológico caracteriza-se por espontaneísmo, por voluntarismo. Por isso mesmo, frequentemente, o Partido surge a reboque dos acontecimentos.

2.º — Tomam-se muitas e boas decisões que depois nunca chegam a ser implementadas. Isto sucede em grande parte porque não existe o controlo regular e sistemático do grau do cumprimento das decisões tomadas. É normal a estrutura de um dado escalão enviar instruções e directivas para a estrutura de escalão inferior, mas depois não acompanhar, não controlar nem apoiar a implementação de tais instruções e directivas. Em suma: estamos caindo no burocratismo. Existem deficiências de coordenação e de articulação entre estruturas no mesmo escalão. É frequente que Departamentos dum mesmo Comité planifiquem separadamente, sem o saber, acções destinadas a um mesmo objectivo.

Questão da quantidade e da qualidade dos quadros

1.º — O Partido tem falta de quadros. A realidade, porém, é que até agora tem existido, em muitos dos actuais quadros, uma concepção errada sobre o que fazer por forma a engrossar as fileiras do Partido com novos quadros. Mais concretamente de onde vêm os novos quadros? Como formar os quadros? Muitos dos nossos actuais quadros pensam que os novos quadros vêm das estruturas centrais do Partido e que se formam essencialmente nas Escolas e Centros de Formação do Partido. A realidade porém, é que:

- Os quadros vêm das massas, eles estão lá no seio das massas com todas as suas potencialidades, à espera de serem devidamente aproveitados.
- Os quadros forjam-se essencialmente na prática quotidiana de luta de classes.
- São os quadros actualmente existentes quem, mercê duma prática consciente, devem contribuir para a detecção no seio das massas, atracção e formação de novos quadros.

Dado não existir ainda essa atitude por parte dos nossos quadros, é cada vez mais aguda a contradição entre as tarefas crescentes de revolução, por um lado, e a estagnação no número e na qualidade dos quadros, por outro.

2.º — Outro problema é o da qualidade dos nossos quadros. O passo vertiginoso do processo revolucionário exige que os quadros estudem sempre mais, por forma a estarem capazes de compreender e fazer compreender ao nosso Povo as orientações do Partido e as profundas transformações políticas, económicas e sociais em curso no nosso País e no Mundo. Na fase actual constata-se que, de um modo geral, os conhecimentos dos quadros do Partido em matérias de Economia Política, de Economia de Moçambique e da sociedade moçambicana, são insuficientes. Por isso temos de estudar mais. E aqui é necessário, uma vez mais, combater o conceito errado de só se estudar quando se vai à Escola do Partido. Os quadros têm de aprender a combinar o trabalho diário com o estudo político, devem habituar-se a estudar individualmente e em grupo.

3.º — Um terceiro aspecto a referir é o que concerne ao deficiente enquadramento de cada um dos quadros pelo Aparelho do Partido. Constata-se a existência de uma tendência do Aparelho do Partido para atribuir tarefas ao quadro sem que se criem todas as condições para orientar e apoiar esse quadro no cumprimento da tarefa. Esta prática conduz frequentemente a que o quadro cometa erros desnecessariamente e se esgote física e mentalmente por trabalhar sem a orientação e o apoio devidos.

Ausência de uma concepção correcta de disciplina partidária

No seio do Partido, existe uma concepção incorrecta de disciplina partidária. Grande número de membros e quadros do Partido confunde disciplina partidária com disciplina militarista. Ao lutarem pela criação de disciplina no Partido, preocupam-se mais com questões formais do que com questões de fundo, ligadas ao cumprimento ou não das tarefas atribuídas e ao modo de contacto com as massas. Por outro lado, a ausência de controlo do cumprimento das tarefas contribui também para um abrandamento da disciplina parti-

dária e para o relaxamento progressivo dos membros do Partido.

Por todas as razões apresentadas na fase presente o Partido não está ligado às massas e o Aparelho do Partido não está suficientemente apetrechado e organizado para enquadrar e organizar o nosso Povo, bem como as estruturas do Estado e das Organizações Democráticas de Massas no cumprimento da tarefa principal, a batalha económica, a luta pela independência económica.

Medidas a tomar para ultrapassar a situação actual

1.º — É necessário tornar cada vez mais íntima a ligação do Partido com o Povo. Para tal, urge intensificar o trabalho político no seio das massas. Mas tudo isso só será possível se alterarmos radicalmente o nosso estilo de trabalho. Os quadros do Partido devem sair dos gabinetes e despender a maior parte do tempo no seio do Povo, vivendo com ele, trabalhando com ele, partilhando assim dos seus problemas, dos seus anseios, das suas alegrias e das suas tristezas. Devemos estar claros que não há outra maneira de unir o Partido com o Povo, não há outro processo de tornar o Partido querido e respeitado pelas massas.

2.º — No trabalho político de massas, os membros do Partido devem inspirar-se nas ricas experiências da mobilização popular do período da Luta Armada de Libertação Nacional, dos Grupos Dinamizadores, da preparação do III Congresso, das Eleições para Assembleias do Povo, da Estruturação do Partido, do lançamento da Moeda Nacional, o Metical, do Recenseamento Geral da População e das duas Campanhas da Ofensiva Política e Organizacional.

3.º — A todos os níveis, o Partido deve funcionar com base num plano onde estejam claramente definidos os objectivos do trabalho a realizar, as tarefas, os responsáveis e os prazos. O plano deve contemplar não apenas o Órgão do Partido, mas cada um dos seus membros. Isto significa que não pode haver plano desligado da responsabilização individual dos membros.

4.º — Urge criar um mecanismo de controlo regular e eficaz, quer do estilo do trabalho, quer do grau de cumprimento das directivas emanadas do Partido, aos vários níveis.

Para isso, deverão implementar-se, a partir de já, as seguintes acções:

- a) Avaliação periódica do trabalho individual de cada um dos quadros, tendo em conta a opinião dos outros quadros que com ele trabalham directamente e dos quadros do escalão inferior;
- b) A estrutura de um dado escalão deverá periodicamente enviar ao escalão inferior brigadas com o objecto central de, junto das massas e das estruturas locais, verificar o grau de cumprimento do plano do Partido e apoiar tais estruturas na correcção dos erros detectados, bem como na superação das dificuldades vividas.

5.º — É imperioso e urgente implementar à escala nacional, uma acção de formação de quadros na prática quotidiana. São quadros actualmente existentes quem deve formar novos quadros. Para tal é necessário abandonar a «política de portas fechadas». O método consiste essencialmente em:

- detectar, no seio do Povo, o futuro quadro e atraí-lo ao Partido.
- dar-lhe tarefas concretas: primeiro as mais fáceis e gradualmente as mais difíceis.
- acompanhá-lo e apoiá-lo na realização de cada tarefa. Ajudá-lo a superar as dificuldades surgidas aquando da realização da tarefa.

É assim que se forjam os quadros na prática. Esta é também uma escola de quadros.

6.º — Torna-se urgente a revisão dos programas dos cursos de formação político-ideológica ministrados nas escolas e centros de formação do Partido, por forma a adaptá-los à realidade actual da luta de classes no nosso País.

7.º — Cada membro do Partido deve criar o hábito de permanentemente estudar e investigar a realidade política, económica, cultural e social da Província, do Distrito, da Localidade onde vive e trabalha. Só a partir dum conhecimento exacto dessa realidade é possível efectuar um trabalho de educação e formação do nosso Povo. Deve também habituarse a estudar atentamente os problemas que todos os dias lhe são colocados pela dinâmica revolucionária.

Saibamos fazer do Trabalho Ideológico um instrumento decisivo da consolidação da consciência e da determinação revolucionária do nosso Povo trabalhador.

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 3 de Julho de 1981.